

DESPACHO DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR

21 de agosto de 2023.

Despacho nº 019/2023 - SASUP

Processo de origem nº 28391/2018

Contratada: BRASILMED AUDITORIA MÉDICA E SERVIÇOS S/S LTDA

Objeto: Contratação de 2 enfermeiros

Assunto: Diligências

À DSAUD,

No uso da competência a mim conferida, nos termos do inciso I do Art. 76 da Resolução nº 356, de 11 de maio de 2022 e art. 77 da Resolução nº 273, de 3 de julho de 2014, venho expor os fatos e os fundamentos para ao final requerer as diligências pertinentes ao caso em liça, com vistas a salvaguardar os interesses dessa Egrégia Corte de Contas frente ao contrato em epígrafe, pelos preceitos do Direito Público e à luz dos Princípios da Teoria Geral dos Contratos.

Eis os fatos e os fundamentos.

Em síntese, a Contratada BRASILMED AUDITORIA MÉDICA E SERVIÇOS S/S LTDA possui relação contratual com essa Corte de Contas, mediante negócio jurídico público celebrado nos termos da Lei nº 8.666/93, que tem como objeto a prestação de serviços contínuos terceirizados de enfermagem para atuação na Divisão de Assistência Direta à Saúde do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, nos termos do Contrato nº 14/2018 e albergado por segurança jurídica através dos processos de nº 28391/2018 e nº 35460/2018.

Em que pese, o contrato nº 14/2018 encontrar-se vigente até 05/12/2023, haja vista o 4º Termo Aditivo realizado, é prerrogativa da Administração fiscalizar sua execução com base no regime jurídico dos contratos instituído pela Lei de Licitação, ou seja, compete à Administração o controle, o acompanhamento e o monitoramento do cumprimento das obrigações estabelecidas em contrato, com o fim de assegurar a execução do objeto contratado e o respeito às normas vigentes.

Nessa toada, vislumbra-se que o lustro temporal do contrato está se esgotando, bem como denota-se no arcabouço documental do último semestre que instruiu o processo de pagamento situação atípica da contratada, no que concerne a solidez frente à manutenção da habilitação econômico financeira da empresa, como por exemplo, reiterados parcelamentos de encargos fiscais referentes às contribuições previdenciárias do exercício do ano de 2022; compensações tributárias referentes aos encargos fiscais das contribuições previdenciárias do exercício do ano de 2023; e retardo na emissão da certidão negativa de débitos fiscais - CND relativa aos tributos federais perante à Fazenda Nacional.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR

Destarte, a situação supra diverge das condições exigidas para a habilitação na licitação, à luz do inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/21.

Desse modo, fazem-se necessárias diligências acautelatórias, visando resguardar o erário, posto que a Administração **responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado**, com fulcro no §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/21.

Assim, como bem sabemos, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados, com base nos parágrafos e no caput do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

De forma sucinta, o Superior Tribunal de Justiça - STJ assim define em seu Manual¹⁰ as atribuições do gestor e do fiscal de contratos:

- O gestor é o responsável por coordenar, comandar e acompanhar a execução do contrato. Deve agir de forma pró-ativa e preventiva, observar o cumprimento das regras previstas no instrumento contratual e buscar os resultados esperados pela Administração;
- Os fiscais deverão acompanhar o efetivo cumprimento do objeto contratado e auxiliar o gestor com informações que possibilitem a tomada de decisão e validação do ateste da execução do objeto contratado;

Pois bem, considerando-se a designação encampada aos servidores dessa unidade, através do Despacho nº 0849/2023 – Segedam (e-Doc: 99A8C322-c), compete-lhes a fiscalização da boa situação financeira da contratada, posto que os gestores e os fiscais de contratos, por força de atribuições formalmente estabelecidas, têm deveres peculiares que, se não cumpridos, poderão resultar em responsabilização civil, penal e administrativa.

Outrossim, superada as razões de fatos e fundamentos acima pormenorizados, passa-se a expor as diligências que se fazem necessárias, vejamos:

Solicita-se que seja providenciada a expedição de ofício à BRASILMED, com a finalidade de solicitar à CONTRATADA que encaminhe, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, os documentos abaixo listados (item 14.3 do Pregão Eletrônico nº 19/2018), para fins de comprovação da boa situação financeira da CONTRATADA, de acordo com os critérios estabelecidos nos itens 14.4 a 14.6 do Pregão Eletrônico nº 19/2018.

1. **BALANÇO PATRIMONIAL** do exercício de 2022, devidamente assinados por profissional habilitado;
2. **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** do exercício de 2022, devidamente assinados por profissional habilitado;
3. **DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE COMPROMISSOS**, nos termos do art. 31, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, informando a relação de compromissos assumidos, com demonstração de que a soma do valor mensal dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR

data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido;

- 4. RECIBO DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E PARA O COFINS (EFD-CONTRIBUIÇÕES)**, relativos aos 12 (doze) meses correspondentes ao Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, que demonstrem a compatibilidade com as demonstrações contábeis apresentadas (item 9.3.13 e seguintes do Pregão Eletrônico nº19/2018).

Destaca-se que a CONTRATADA deve manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública (item 5.3.9 do Termo de Referência – Anexo I do Pregão Eletrônico nº 19/2018).

Vale ressaltar os itens 5.2.11 e 5.3.9 do Pregão eletrônico nº 19/2018, abaixo discriminados, referentes aos deveres e responsabilidades do contratante e da contratada:

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

(...)

5.2.11. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação.

(...)

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

(...)

5.3.9. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista.

Diante do exposto, urge adotar as diligências alvitadas, com o fito de salvaguardar os interesses dessa Egrégia Corte de Contas.

Atenciosamente,

PAOLA KARINA DE BARRÓN SALES
Secretária de Assistência à Saúde Suplementar